

- LXXVII -

A FORMAÇÃO DO GESTOR ESCOLAR FRENTE À ESCOLARIZAÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Patrícia Teixeira Moschen Lievore

(PPGMPE/CE/UFES/ES)⁴⁶

INTRODUÇÃO

A escolarização dos alunos com deficiência tem sido um dos assuntos mais estudados e debatidos no campo educacional na atualidade. Estudam-se práticas, recursos e posturas que devem ser adotadas por professores a fim de que esse público-alvo, que hoje não luta apenas pelo acesso e permanência na escola, mas por oportunidades iguais de acesso ao conhecimento, aprenda os conteúdos ministrados.

Durante muito tempo, porém, a atenção e a responsabilidade pelo o sucesso ou não da trajetória escolar dos alunos com deficiência, restringiu-se muito à figura do professor, entendido como a chave para um processo de inclusão eficaz. Porém, em estudos e aprofundamentos sobre a temática da escolarização desse público-alvo, verificamos que o sucesso do processo de inclusão depende muito da administração de políticas públicas eficientes e nos referindo à escola, de uma gestão participativa, consciente e democrática.

O processo de escolarização dos alunos com deficiência visual no Brasil foge a essa realidade. Esse público-alvo, que de acordo com Censo Escolar de 2017 era constituído por

⁴⁶Professora alfabetizadora e Pedagoga da rede municipal de Colatina-ES. Graduada em Filosofia pela Universidade Metropolitana de Santos e Normal Superior - Magistério dos anos iniciais do Ensino Fundamental pelo Centro Universitário do Espírito Santo. Pós-Graduada em Psicopedagogia, Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Gestão, Orientação e Supervisão Escolar, Filosofia e Alfabetização. Mestranda do programa de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo.
patriciamoschen@hotmail.com

76.991 matrículas em salas regulares e 5.219 matrículas em salas especiais (INEP, 2017), tem visto sua educação reduzida apenas às salas de recursos (AEE) e confiada aos professores da educação especial.

Além da necessidade de políticas públicas eficientes, destacamos a importância da atuação dos gestores escolares, como mediadores entre as políticas públicas da educação especial e a comunidade escolar, a fim de construir coletivamente um espaço inclusivo, de oportunidade para todos.

O objetivo desse trabalho é fazer uma análise da relação entre o gestor escolar e a escolarização dos alunos com deficiência visual, enfatizando a formação dos gestores para a construção de um processo de escolarização inclusivo para os alunos com deficiência visual.

Através de uma pesquisa documental dos questionários aplicados para os gestores escolares na realização da Prova Brasil de 2017, faremos uma análise, a luz da contribuição de teóricos a cerca da educação, de gestão escolar e da formação de gestores.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao realizar a matrícula de um aluno com deficiência, a responsabilidade pela sua emancipação, por meio da apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos, passa a ser dividida com toda a equipe escolar e não só com os professores. A escola deve “propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado, bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber”. (SAVIANI, 1985, p.23)

O gestor escolar, quando integrado de forma democrática na comunidade escolar, constitui-se como uma liderança capaz de mobilizar a escola através do seu conhecimento a respeito das políticas públicas educacionais e desse movimento, muitas vezes perverso, que tem contribuído com as dificuldades e carências que as escolas públicas têm enfrentando, no que diz respeito à inclusão do público-alvo da educação especial.

Atualmente a escolha de diretores nas escolas públicas do Brasil tem seguido quatro modelos: nomeação política ou técnica, concurso público, eleição por voto direto da comunidade escolar, e modelo misto, que integra características dos outros três. (MENDONÇA, 2007)

Segundo os dados dos questionários aplicados na realização da Prova Brasil em 2017, que foram respondidos por 71.589 diretores, a porcentagem de gestores escolares, que assumiram a direção nas escolas públicas brasileiras, por meio de seleção, eleição ou uma combinação desses procedimentos foi de apenas 43%. (QEDU, 2017)

Esses dados nos preocupam, pois quando pensamos numa escola inclusiva, pensamos também em uma escola democrática, onde todos tenham voz, onde a comunidade escolar tenha espaço para lutar por condições melhores de educação e contribuam assim para a organização da mesma e a eleição para diretores constitui-se como o princípio de uma gestão democrática.

Dourado (2006, p. 66) reforça essa ideia, quando ressalta que a eleição direta para a escolha de diretores escolares “trata-se de modalidade que se propõe a valorizar a legitimidade do dirigente escolar como coordenador do processo pedagógico no âmbito escolar”.

Para a construção de uma escola democrática, além de um processo democrático de escolha de diretores, é necessário que os mesmos tenham consciência de como construir esse processo e de seu importante papel na comunidade escolar. Esse processo de conhecimento passa pela formação.

Segundo os dados obtidos com o questionário da Prova Brasil 2017 sobre a formação dos gestores escolares, 41% dos gestores escolares possuem formação em Pedagogia, 49% em outras licenciaturas, 7% ensino superior em outras áreas e 3% ensino médio (Magistério e outros). (QEDU, 2017)

Em sua tese de doutorado, Franco (2014) tratou sobre a formação de gestores nos cursos de pedagogia, realizando uma pesquisa em 130 cursos de pedagogia. Com a pesquisa, o autor nos chama a atenção de que a formação do gestor escolar nos cursos de pedagogia é baseado no oferecimento de disciplinas mais generalistas e tradicionais, que vem desde o Parecer do Conselho Nacional de Educação CFE 253/69, como, por exemplo, Política ou Legislação, Gestão Escolar, Estrutura e Funcionamento da Educação e Organização da Educação Básica.

Uma forma de suprir as lacunas deixadas pela formação inicial seria oferecer uma formação continuada eficiente, que contemplasse as problemáticas e as necessidades atuais das escolas brasileiras, mas percebemos que, embora existam formações para gestores, as mesmas não têm contemplado as atuais necessidades da atuação dos mesmos no cenário escolar.

Em se tratando de políticas públicas e atendimento aos alunos com deficiência, durante os anos de atuação como gestora escolar da educação básica de escolas públicas, nunca tive a oportunidade de participar ou nunca me foi oferecida alguma formação, direcionada a gestores, sobre o atendimento ao público-alvo da educação especial.

A falta de uma formação adequada para os gestores escolares atuarem enquanto articuladores da construção de escolas mais inclusivas parece ser uma realidade nas escolas brasileiras. No mesmo questionário da Prova Brasil de 2017 foi perguntado aos gestores escolares se os mesmos possuíam formação específica para trabalhar com estudantes com deficiência ou necessidades especiais e 79% dos gestores responderam que não possuíam essa formação. (QEDU, 2017)

Quando o gestor escolar conhece as políticas públicas direcionadas à educação especial, bem como os recursos e materiais disponíveis para garantir a aprendizagem do estudante com deficiência, o mesmo tem condições de auxiliar o professor no seu trabalho pedagógico, garantindo que as verbas destinadas à escola, que são poucas, sejam bem aproveitadas e que o uso desses materiais adquiridos seja incentivado e orientado pelo próprio gestor.

CONCLUSÃO

Através das nossas análises, entendemos que faltam formações específicas a respeito de políticas e programas voltados para a educação especial destinadas aos gestores escolares e por isso, os mesmos acabam delegando a função de comprar equipamentos e organizar as salas de recursos, para os professores da educação especial. Dessa forma, o gestor acaba por eximir-se da responsabilidade para com o processo de ensino-aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial.

Para que as nossas escolas sejam de fato inclusivas, além de uma abertura do gestor escolar à própria comunidade, faz-se necessário a criação de políticas educacionais, por parte do poder público, que garantam processos democráticos de escolha dos gestores escolares, pois entendemos que uma escola só pode ser de fato inclusiva, se a mesma for democrática, contando com a participação no processo de ensino-aprendizagem de toda a comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão da educação escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.

FRANCO, Alexandre de Paula. **A formação dos gestores escolares nos cursos de pedagogia**. São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2014. 300 p.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar/MEC/INEP**. Disponível: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso 01 de dez. 2018.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil**. Educação e Sociedade. Campinas, 2007.

QEDU. Fundação Lemann E Meritt. **Pessoas da Comunidade Escolar: Brasil**. Disponível: <<https://qedu.org.br/brasil/pessoas/diretor>>. Acesso 02 de jan. 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 8 ed. Campinas, SP: Autores associados, 1985.